

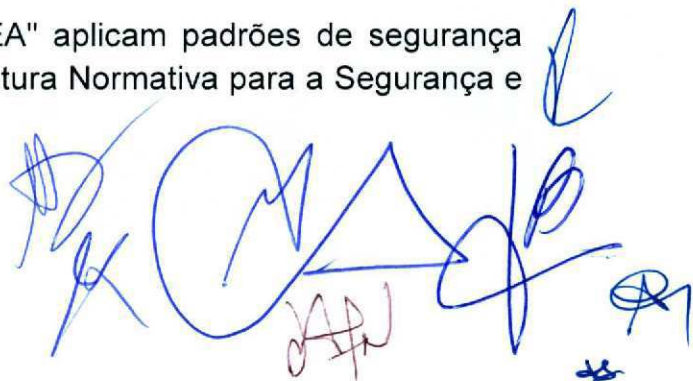
ACORDO ENTRE A DIREÇÃO GERAL DE ADUANAS DA REPÚBLICA ARGENTINA, A SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, A ADUANA NACIONAL DO ESTADO PLURINACIONAL DA BOLÍVIA, O SERVIÇO NACIONAL DE ADUANAS DA REPÚBLICA DO CHILE, A UAE DIREÇÃO DE IMPOSTOS E ADUANAS NACIONAIS DA REPÚBLICA DA COLÔMBIA, O SERVIÇO NACIONAL DE ADUANAS DA REPÚBLICA DA COSTA RICA, A SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA DA REPÚBLICA DA GUATEMALA, A DIREÇÃO NACIONAL DE ADUANAS DA REPÚBLICA DO PARAGUAI, A SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE ADUANAS E ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA DA REPÚBLICA DO PERU, A DIREÇÃO GERAL DE ADUANAS DA REPÚBLICA DOMINICANA E A DIREÇÃO NACIONAL DE ADUANAS DA REPÚBLICA ORIENTAL DO URUGUAI, A RESPEITO DO RECONHECIMENTO MÚTUO DE SEUS RESPECTIVOS PROGRAMAS DE OPERADOR ECONÔMICO AUTORIZADO.

- A Direção Geral de Aduanas da República Argentina,
- A Secretaria Especial da Receita Federal da República Federativa do Brasil,
- A Aduana Nacional do Estado Plurinacional da Bolívia,
- O Serviço Nacional de Aduanas da República do Chile,
- A UAE Direção de Impostos e Aduanas Nacionais da República da Colômbia,
- O Serviço Nacional de Aduanas da República da Costa Rica,
- A Superintendência de Administração Tributária da República da Guatemala,
- A Direção Nacional de Aduanas da República do Paraguai,
- A Superintendência Nacional de Aduanas e Administração Tributária da República do Peru,
- A Direção Geral de Aduanas da República Dominicana e,
- A Direção Nacional de Aduanas da República Oriental do Uruguai,

Doravante denominadas em conjunto como "Partes" e individualmente como "Parte";

CONSIDERANDO que os Programas de Operador Econômico Autorizado das "Partes", doravante, denominados em conjunto como "Programas OEA", e individualmente como "Programa OEA", são iniciativas que fortalecem a segurança da cadeia de suprimentos internacional e a facilitação do comércio;

RECONHECENDO que os "Programas OEA" aplicam padrões de segurança estabelecidos internacionalmente pela Estrutura Normativa para a Segurança e



Facilitação do Comércio Global, doravante denominado como "Marco SAFE", adotado pela Organização Mundial de Aduanas (OMA);

REAFIRMANDO o caráter especializado dos processos e as legislações aplicáveis à administração de seus respectivos "Programas OEA";

ENTENDENDO que o reconhecimento mútuo dos "Programas OEA" e outras medidas relacionadas entre as "Partes" não só contribuem significativamente para a segurança da cadeia logística, mas também facilitam o comércio legítimo;

LEVANDO EM CONSIDERAÇÃO as disposições do Acordo de Facilitação do Comércio (AFC) da Organização Mundial do Comércio (OMC) sobre o reconhecimento mútuo dos programas de operadores autorizados e as disposições da Convenção Multilateral sobre Cooperação e Assistência Mútua entre as Direções Aduaneiras Nacionais da América Latina, Espanha e Portugal -COMALEP- assinada na Cidade do México em 11 de setembro de 1981 ou seu protocolo de modificação, que fornecem as bases legais para a troca de informações que serão geradas neste Acordo de Reconhecimento Mútuo;

CONSIDERANDO que as "Partes" esgotaram cada uma das etapas do Plano de Ação destinadas ao Reconhecimento Mútuo de seus respectivos "Programas OEA" assinado entre eles em 27 de junho de 2019, na cidade de Bruxelas, Bélgica.

Chegaram ao seguinte Acordo:

SEÇÃO I

OBJETO

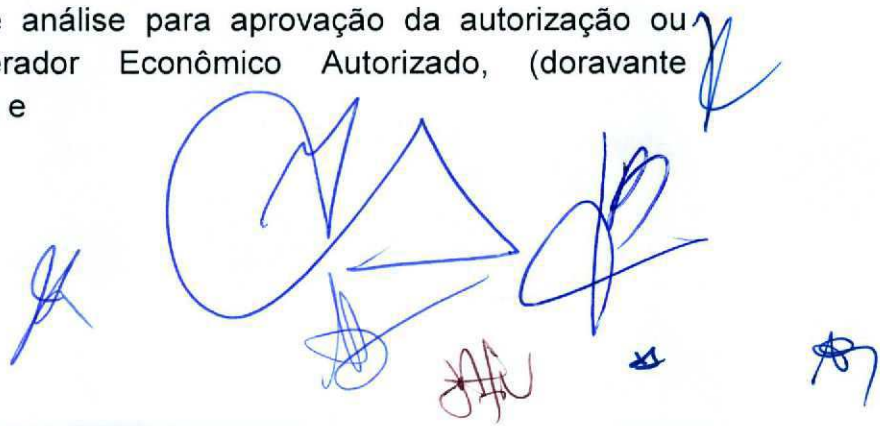
O presente Acordo visa estabelecer a colaboração entre as "Partes" para o reconhecimento mútuo de seus respectivos "Programas OEA", considerando que são compatíveis e equivalentes entre si.

SEÇÃO II

COMPATIBILIDADE

1. As "Partes" se propõem garantir a manutenção da compatibilidade entre os "Programas OEA", principalmente no que diz respeito aos seguintes aspectos:

- a) Requisitos e critérios de segurança adotados pelos "Programas OEA";
- b) Processo de validação e análise para aprovação da autorização ou certificação como Operador Econômico Autorizado, (doravante denominado como "OEA") e



c) Monitoramento dos OEA e seu processo de revalidação, se for o caso.

2. As "Partes" se propõem a operar conforme as normas, princípios e diretrizes do "Marco SAFE".

3. As "Partes" concordam que quaisquer modificações substanciais nos "Programas OEA" devem ser comunicadas entre si e podem ser necessárias validações adicionais.

SEÇÃO III

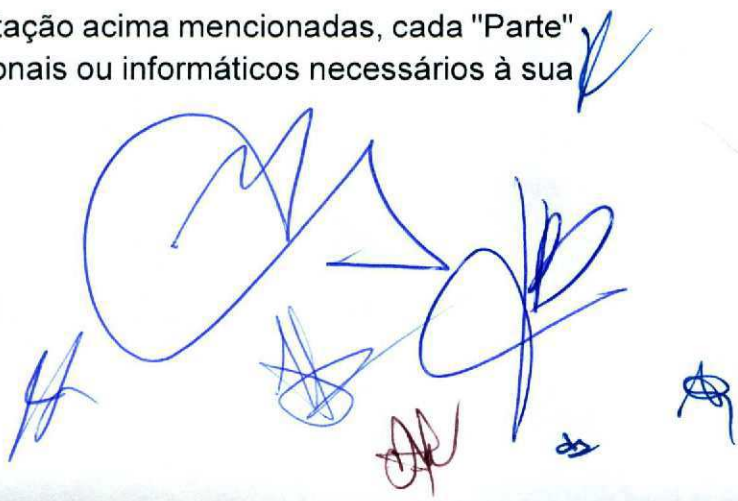
RECONHECIMENTO MÚTUO

1. Cada "Parte" se propõe a reconhecer que a situação de validação e aprovação, certificação ou autorização concedida aos operadores autorizados ou certificados dos "Programas OEA" das outras "Partes" é compatível com o de seu próprio "Programa OEA".

2. Na medida do possível, cada "Parte" pretende conceder aos "OEA" devidamente certificados pela outra "Parte" os benefícios estabelecidos em seu "Programa OEA" que sejam compatíveis em conformidade com sua legislação nacional aplicável, mencionando de maneira enunciativa, mas não se limitando ao seguinte:

- a) Despacho aduaneiro expresso, mediante a redução da inspeção da carga conforme os critérios de risco aplicáveis por cada "Parte";
- b) Medidas priorizadas para responder a interrupções no fluxo comercial devido ao aumento dos níveis de alerta de segurança, fechamentos de fronteiras e/ou desastres naturais, emergências perigosas e outros incidentes graves;
- c) Prioridade e agilização no despacho aduaneiro de mercadorias;
- d) Funcionários aduaneiros designados como ponto de contato entre as "Partes" para coordenar a concessão dos benefícios acordados;
- e) Outros benefícios que visem facilitar o comércio dos "OEA", previamente acordados entre as "Partes".

3. Para a execução das medidas de facilitação acima mencionadas, cada "Parte" procurará utilizar procedimentos operacionais ou informáticos necessários à sua implementação.

Handwritten signatures in blue and red ink at the bottom of the page. There are several large, stylized blue signatures and a few smaller red ones.

4. Cada "Parte" comunicará o mais breve possível e por escrito às demais "Partes", sobre a interrupção ou suspensão e cancelamento ou revogação dos operadores autorizados ou certificados de acordo com seus respectivos "Programas OEA", em virtude da aplicação da legislação nacional de cada uma das Partes.

SEÇÃO IV

INTERCÂMBIO DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

1. Cada Participante se propõe, conforme as disposições de sua legislação nacional aplicável, a:

- a) Fornecer de forma tempestiva informações atualizadas sobre a operação de seus respectivos "Programas OEA";
- b) Trocar regularmente, informações atualizadas sobre os "OEA" de acordo com o Modelo de Dados da Organização Mundial das Aduanas, sendo essas limitadas a: Identificador do país emissor, identificador do "OEA", nome do operador, nome comercial, função na cadeia logística, endereço, país, departamento ou estado, cidade, cep, data da certificação, validade da certificação e situação da certificação;
- c) Participar de trocas de informações de benefício mútuo relacionadas à segurança da cadeia logística internacional de suprimentos; e
- d) Trocar dados estatísticos sobre a implementação dos benefícios estabelecidos neste Acordo, anualmente, de acordo com os critérios de medição a serem acordado pelas "Partes" em documentos operacionais.

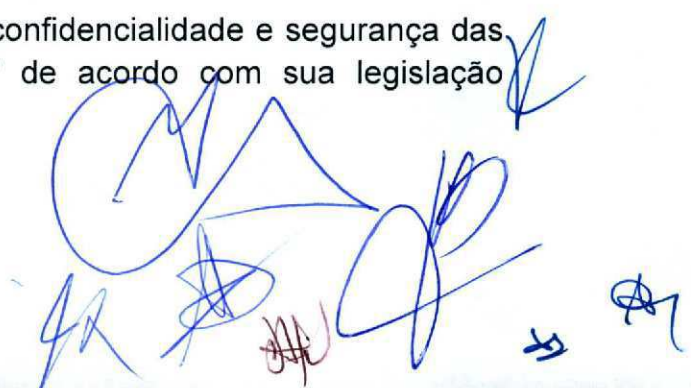
2. Para efeitos desta troca de informações, as "Partes" designarão e informarão os pontos de contato de seus respectivos "Programas OEA".

3. Cada "Parte" se propõe a comunicar às outras "Partes" quaisquer modificações substantivas ocorridas em seu "Programa OEA", bem como aos pontos de contato de seus respectivos Programas da OEA.

SEÇÃO V

CONFIDENCIALIDADE E SEGURANÇA DAS INFORMAÇÕES

1. Cada "Participante" garantirá a proteção, confidencialidade e segurança das informações recebidas das outras "Partes" de acordo com sua legislação



nacional, e garantirá sua utilização apenas para a aplicação deste Acordo, exceto nos casos em que sua divulgação para outros fins seja autorizada por escrito pela "Parte" que forneceu as informações.

2. Cada "Parte" se propõe a notificar as outras "Partes" quando tomar conhecimento ou suspeitar de perda, divulgação ou acesso não autorizado às informações compartilhadas sob este Acordo.

3. As disposições deste Acordo relativas à confidencialidade e segurança das informações continuarão a ser válidas mesmo após o término deste Acordo e, enquanto as "Partes" tiverem as informações salvaguardadas, de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis de cada "Parte".

SEÇÃO VI

COOPERAÇÃO MÚTUA E ESFORÇOS FUTUROS

1. As "Partes" devem se esforçar para tomar medidas para reforçar a segurança das cadeias de suprimentos de ponta a ponta, incluindo, mas não se limitando ao seguinte:

- a) Desenvolver um mecanismo conjunto entre os "Programas OEA" das "Partes" para a continuidade das operações comerciais, de modo a responder a interrupções no fluxo de comércio resultantes do aumento dos níveis de alerta de segurança, fechamentos de fronteiras, desastres naturais, emergências que representam um perigo e/ou outros incidentes de importância;
- b) Realizar visitas conjuntas de validação dos "Programas OEA" das demais Partes para garantir a compatibilidade entre os "Programas OEA" e compartilhar as melhores práticas;
- c) Incentivar o aumento de operadores autorizados ou certificados aos "Programas OEA", por meio da promoção deste Acordo e sua contribuição para a facilitação do comércio; e,
- d) Promover o uso de tecnologias recomendadas pela OMA para a troca de informações referidas na alínea b) numeral 1 da Seção IV.

2. As "Partes" pretendem buscar novas medidas para garantir a cadeia de suprimentos internacional e a facilitação do comércio.

SEÇÃO VII

MODIFICAÇÕES E CONSULTAS



1. Este Acordo pode ser alterado, a qualquer momento, mediante o consentimento de todas as "Partes".

2. As modificações referidas no numeral anterior entrarão em vigor em uma data a ser acordada conjuntamente pelas "Partes" por escrito e farão parte deste Acordo.

3. Qualquer dúvida que possa surgir em decorrência da interpretação ou aplicação deste Acordo será resolvida por consultas escritas entre as "Partes".

SEÇÃO VIII

ALCANCE DO ACORDO

1. As "Partes" serão responsáveis pela execução deste Acordo.

2. Este Acordo representa a intenção das "Partes" e não cria direitos ou obrigações legalmente vinculativas sob o direito internacional ou as leis de qualquer jurisdição, nem cria ou confere qualquer direito, privilégio ou benefício para suas "Partes" ou para qualquer terceiro ou parte.

3. Todas as atividades das "Partes" nos termos deste Acordo serão conduzidas conforme as respectivas leis e regulamentos de cada "Parte", bem como com os tratados e outros instrumentos internacionais em vigor aos quais cada "Parte" é signatária.

4. Este Acordo não visa impedir que nenhuma das "Partes" coopere ou preste assistência à outra "Parte" de acordo com as disposições dos tratados e outros instrumentos, leis e práticas internacionais aplicáveis.

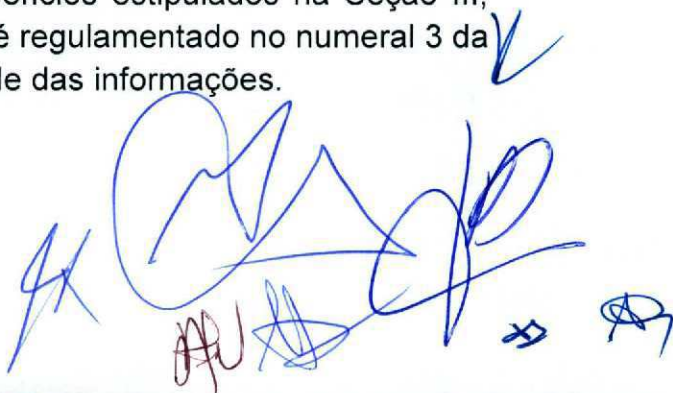
5. As "Partes" entendem que as despesas derivadas da implementação deste Acordo serão suportadas por cada um, de acordo com sua disponibilidade orçamentária e as disposições de sua respectiva legislação nacional.

SEÇÃO IX

ENTRADA EM VIGOR E DENÚNCIA

1. Este Acordo entrará em vigor a partir da data de sua assinatura pelos representantes das "Partes" e terá duração indefinida.

2. Qualquer uma das "Partes" poderá denunciar este Acordo por meio de aviso escrito endereçado às outras "Partes" pelo menos trinta (30) dias corridos antes da data da denúncia. Durante este período de 30 dias, as disposições estabelecidas neste Acordo, incluindo os benefícios estipulados na Seção III, permanecerão em vigor, sem prejuízo do que é regulamentado no numeral 3 da Seção V para o tratamento da confidencialidade das informações.



SEÇÃO X

IMPLEMENTAÇÃO

A efetiva implementação do Acordo pode ocorrer gradualmente considerando a necessidade de mudanças nos procedimentos operacionais, adequação em sistemas informáticos e outros.

SEÇÃO XI

PROCESSO DE ADESÃO

1. As administrações aduaneiras que não participarem deste Acordo poderão aderir a ele, uma vez que seja constatada a compatibilidade de seu "Programas OEA" com os "Programas OEA" das "Partes" signatárias.

2. Nos casos referidos no numeral anterior, a adesão será registrada por escrito como Anexo a este Acordo.

Assinado na cidade de São Paulo, Brasil, em 18 de maio de 2022, em quatorze (14) cópias, em espanhol ou castelhano e português, todas igualmente válidas.

Em casos de diferenças de interpretação sobre este Acordo, prevalecerá o texto em espanhol.





**Pelo Serviço Nacional de Aduanas
da República do Chile**

Gustavo Poblete Morales
Diretor Nacional de Aduanas (S)



**Pela Superintendência Nacional de
Aduanas e de Administração
Tributária da República do Peru**

Marilú Llerena Aybar
Superintendente Nacional
Adjunta de Aduanas



**Pela Aduana Nacional do Estado
Plurinacional da Bolívia**

Karina Liliana Serrudo Miranda
Presidenta Executiva



**Pela Dirección-Geral de Aduanas da
República Argentina**

Silvia Brunilda Traverso
Diretora Geral de Aduanas



**Pela UAE Dirección de Impuestos e
Aduanas Nacionales da República
da Colômbia**

Lisandro Junco Riveira
Diretor Geral



**Pela Dirección Nacional de Aduanas
da República do Paraguai**

Julio Manuel Fernández Frutos
Diretor Nacional de Aduanas



**Pela Superintendência de
Administração Tributária da
República de Guatemala**

Marco Livio Díaz Reyes
Superintendente de
Administração Tributária



**Pela Direção-Geral de Aduanas da
República Dominicana**

Johannes Marinus Kelner de Benito
Subdiretor Geral de Aduanas



**Pela Secretaria Especial da Receita
Federal da República Federativa
do Brasil**

José de Assis Ferraz Neto
Subsecretário Geral



**Pela Direção Nacional
de Aduanas da
República Oriental do Uruguai**

Jaime Pablo Borgiani Lusby
Diretor Nacional

**Pelo Serviço Nacional de
Aduanas da República de
Costa Rica**



Gerardo Bolaños Alvarado
Diretor Geral de Aduanas

Testemunhas

**Pela Vice-presidência Regional
Organização Mundial das Aduanas
para as Américas e Caribe**



**WERNER FLORENCIO OVALLE
RAMIREZ**

Intendente Aduaneiro da Guatemala e
Vice-Presidente Regional Organização
Mundial das Aduanas para as Américas
e Caribe

**Pela Aliança Global para a Facilitação
do Comércio**



VALERIE PICARD

Diretor Associado - Aliança Global para
a Facilitação do Comércio

**Pela Aliança Pró Modernização
Logística de Comércio Exterior –
PROCOMEX**



JOHN EDWIN MEIN

Coordenador Executivo – PROCOMEX

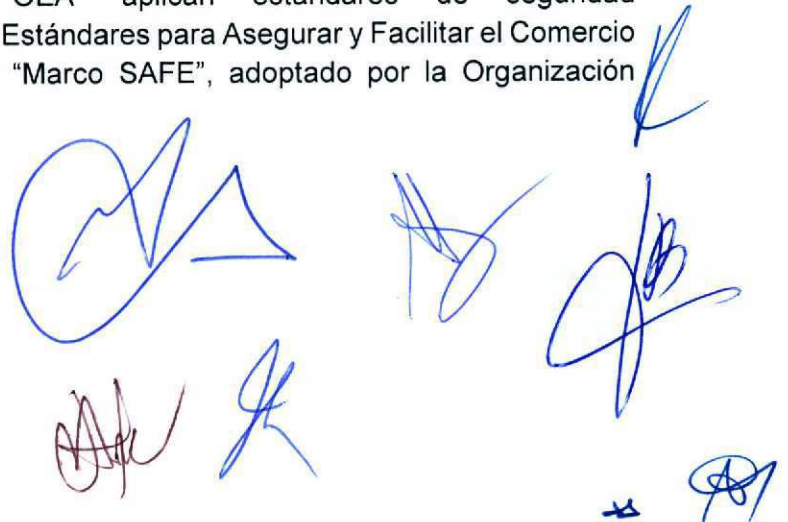
ARREGLO ENTRE LA DIRECCIÓN GENERAL DE ADUANAS DE LA REPÚBLICA ARGENTINA, LA SECRETARÍA ESPECIAL DE INGRESOS FEDERALES DE LA REPÚBLICA FEDERATIVA DEL BRASIL, LA ADUANA NACIONAL DEL ESTADO PLURINACIONAL DE BOLIVIA, EL SERVICIO NACIONAL DE ADUANAS DE LA REPÚBLICA DE CHILE, LA UAE DIRECCIÓN DE IMPUESTOS Y ADUANAS NACIONALES DE LA REPÚBLICA DE COLOMBIA, EL SERVICIO NACIONAL DE ADUANAS DE LA REPÚBLICA DE COSTA RICA, LA SUPERINTENDENCIA DE ADMINISTRACIÓN TRIBUTARIA DE LA REPÚBLICA DE GUATEMALA, LA DIRECCIÓN NACIONAL DE ADUANAS DE LA REPÚBLICA DEL PARAGUAY, LA SUPERINTENDENCIA NACIONAL DE ADUANAS Y DE ADMINISTRACIÓN TRIBUTARIA DE LA REPÚBLICA DEL PERÚ, LA DIRECCIÓN GENERAL DE ADUANAS DE LA REPÚBLICA DOMINICANA Y LA DIRECCIÓN NACIONAL DE ADUANAS DE LA REPÚBLICA ORIENTAL DEL URUGUAY, CON RESPECTO AL RECONOCIMIENTO MUTUO DE SUS RESPECTIVOS PROGRAMAS DE OPERADOR ECONÓMICO AUTORIZADO.

- La Dirección General de Aduanas de la República Argentina,
- La Secretaría Especial de Ingresos Federales de la República Federativa del Brasil,
- La Aduana Nacional del Estado Plurinacional de Bolivia,
- El Servicio Nacional de Aduanas de la República de Chile,
- La UAE Dirección de Impuestos y Aduanas Nacionales de la República de Colombia,
- El Servicio Nacional de Aduanas de la República de Costa Rica,
- La Superintendencia de Administración Tributaria de la República de Guatemala,
- La Dirección Nacional de Aduanas de la República del Paraguay,
- La Superintendencia Nacional de Aduanas y de Administración Tributaria de la República del Perú,
- La Dirección General de Aduanas de República Dominicana y,
- La Dirección Nacional de Aduanas de la República Oriental del Uruguay,

En lo sucesivo denominados conjuntamente como los "Participantes" e individualmente como el "Participante";

CONSIDERANDO que los Programas de Operador Económico Autorizado de los "Participantes", en lo sucesivo denominados conjuntamente como los "Programas OEA", e individualmente como el "Programa OEA", son iniciativas que fortalecen la seguridad de la cadena de suministro internacional y la facilitación del comercio;

RECONOCIENDO que los "Programas OEA" aplican estándares de seguridad internacionalmente establecidos en el Marco de Estándares para Asegurar y Facilitar el Comercio Global", en lo sucesivo denominado como el "Marco SAFE", adoptado por la Organización Mundial de Aduanas;

The image shows several handwritten signatures in blue and red ink. There are three large blue signatures at the top, two smaller blue ones below them, and two red ones at the bottom left. On the right side, there is a large blue signature and a small red one below it. The signatures are scattered across the bottom right portion of the page.

REAFIRMANDO el carácter especializado de los procesos y la legislación aplicable a la administración de sus respectivos "Programas OEA";

ENTENDIENDO que el reconocimiento mutuo de los "Programas OEA" y otras medidas relacionadas entre los "Participantes" no solo contribuyen significativamente a la seguridad de la cadena logística sino también facilitan el comercio legítimo;

TENIENDO EN CUENTA lo dispuesto en el Acuerdo sobre Facilitación de Comercio (AFC) de la Organización Mundial del Comercio (OMC) sobre el reconocimiento mutuo de los sistemas de operadores autorizado y lo expuesto en el Convenio Multilateral sobre Cooperación y Asistencia Mutua entre las Direcciones Nacionales de Aduanas de América Latina, España, y Portugal – COMALEP- suscrito en la ciudad de México el 11 de septiembre de 1981 o su protocolo de modificación, que otorgan las bases legales para realizar el intercambio de información que se generará bajo el presente Arreglo de Reconocimiento Mutuo;

CONSIDERANDO que los "Participantes" agotaron cada una de las etapas del Plan de Acción tendiente al Reconocimiento Mutuo de sus respectivos "Programas OEA" suscrito entre los mismos el 27 de junio de 2019, en la ciudad de Bruselas, Reino de Bélgica.

Han alcanzado el siguiente Arreglo:

SECCIÓN I

OBJETO

El presente Arreglo tiene como objeto establecer la colaboración entre los "Participantes" para el reconocimiento mutuo de los respectivos "Programas OEA", considerando que son compatibles y equivalentes entre sí.

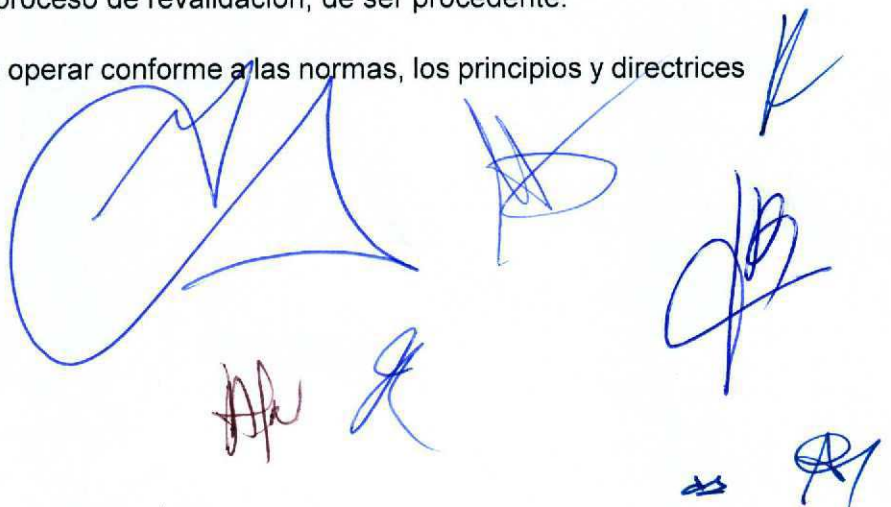
SECCIÓN II

COMPATIBILIDAD

1. Los "Participantes" se proponen garantizar el mantenimiento de la compatibilidad entre los "Programas OEA", principalmente en lo que se refiere a los siguientes aspectos:

- a) Requisitos y criterios de seguridad adoptados por los "Programas OEA";
- b) Proceso de validación y análisis para la aprobación de la autorización o certificación como Operador Económico Autorizado, (de ahora en adelante "OEA") y
- c) Monitoreo de los OEA y su proceso de revalidación, de ser procedente.

2. Los "Participantes" se proponen operar conforme a las normas, los principios y directrices del "Marco SAFE".

The image shows several handwritten signatures in blue and red ink. There are approximately seven distinct signatures scattered across the bottom right portion of the page, some overlapping. The signatures vary in style, with some being more stylized and others more legible. The blue ink signatures are larger and more prominent, while the red ink signatures are smaller and appear to be initials or shorter signatures.

3. Los "Participantes" acuerdan que cualquier modificación sustancial en los "Programas OEA" debe ser comunicada entre ellos y puede ser necesaria la realización de validaciones adicionales.

SECCIÓN III

RECONOCIMIENTO MUTUO

1. Cada "Participante" se propone reconocer que el estado de validación y aprobación, certificación o autorización otorgado a los operadores autorizados o certificados de los "Programas OEA" de los otros "Participantes", es compatible con los de su propio "Programa OEA".

2. En la medida de lo posible, cada "Participante" se propone otorgar a los "OEA" debidamente acreditados por el otro "Participante", los beneficios establecidos en su "Programa OEA" que sean compatibles de conformidad con su legislación nacional aplicable, mencionando de manera enunciativa, más no limitativa los siguientes:

- a) Despacho de aduana expedito, a través de la reducción de la inspección de carga conforme a los criterios de riesgo aplicables por cada "Participante";
- b) Medidas priorizadas para responder a las interrupciones del flujo de comercio debido a un aumento en los niveles de alerta de seguridad, cierres de frontera y/o desastres naturales, emergencias peligrosas y otros incidentes graves;
- c) Prioridad y agilización para la atención del despacho aduanero de mercancías;
- d) Funcionarios aduaneros designados como punto de contacto entre los participantes, para coordinar el otorgamiento de los beneficios acordados;
- e) Otros beneficios orientados a facilitar el comercio de los "OEA", previamente acordados entre los "Participantes".

3. Para la ejecución de las medidas de facilitación antes señaladas, cada "Participante" procurará contar con los procedimientos operacionales o informáticos necesarios que permitan su aplicación.

4. Cada "Participante" comunicara a la brevedad posible y por escrito a los otros "Participantes", sobre la interrupción o suspensión y cancelación o revocación de los operadores autorizados o certificados conforme a sus respectivos "Programas OEA", en virtud de la aplicación de la legislación nacional de cada uno de los Participantes.

SECCIÓN IV

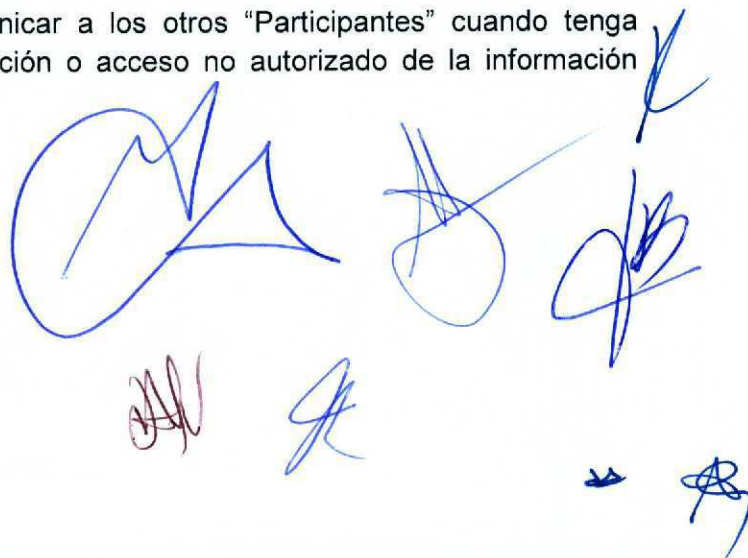
INTERCAMBIO DE INFORMACIÓN Y COMUNICACIÓN

1. Cada Participante se propone, de conformidad con lo previsto en su legislación nacional aplicable:
 - a) Proporcionar oportunamente la información respecto a las actualizaciones sobre la operación de sus respectivos "Programas OEA";
 - b) Intercambiar de manera regular, información actualizada sobre los "OEA" conforme al Modelo de Datos de la Organización Mundial de Aduanas, dicha información quedará limitada a: Identificador del país emisor, identificador del "OEA", nombre del operador, nombre comercial, función en la cadena logística, dirección, país, departamento o estado, ciudad, código postal, fecha de la certificación, vigencia de la certificación y estado de la certificación;
 - c) Participar en intercambios de información de beneficio mutuo, relativos a la seguridad de la cadena logística de suministro internacional; e,
 - d) Intercambiar datos estadísticos sobre la aplicación de los beneficios establecidos en virtud del presente Arreglo, en forma anual conforme a los criterios de medición que sean decididos por los "Participantes" mediante documentos operacionales.
2. A los efectos de este intercambio de información los "Participantes" designarán y se proporcionarán los puntos de contacto de sus respectivos "Programas OEA".
3. Cada "Participante" se propone comunicar a los otros "Participantes" cualquier modificación sustantiva de su "Programa OEA", así como los puntos de contacto de sus respectivos Programas OEA.

SECCIÓN V

CONFIDENCIALIDAD Y SEGURIDAD DE LA INFORMACIÓN

1. Cada "Participante" asegurará la protección, confidencialidad y seguridad de la información que reciba de los otros "Participantes" de conformidad con su legislación nacional, y asegurará su utilización únicamente para la aplicación del presente Arreglo, salvo en los casos en que su divulgación para otros fines sea autorizada por escrito por el "Participante" que proporcionó la información.
2. Cada "Participante" se propone comunicar a los otros "Participantes" cuando tenga conocimiento o sospecha de pérdida, divulgación o acceso no autorizado de la información compartida en el marco del presente Arreglo.

The image shows several handwritten signatures in blue and red ink. There are three large blue signatures at the top, and several smaller ones in red and blue below them. The signatures are stylized and appear to be official or personal marks.

3. Las disposiciones del presente Arreglo relativas a la confidencialidad y seguridad de la información continuaran siendo válidas aún después de la terminación del presente Arreglo y por el tiempo que los "Participantes" tengan en resguardo la información, de conformidad con las leyes y regulaciones aplicables de cada "Participante".

SECCIÓN VI

COOPERACIÓN MUTUA Y ESFUERZOS FUTUROS

1. Los "Participantes" procurarán tomar medidas para fortalecer la seguridad de las cadenas de suministro de extremo a extremo, incluyendo, entre otras, las siguientes:

- a) Desarrollar un mecanismo conjunto entre los "Programas OEA" de los "Participantes" para la continuidad de las operaciones comerciales, a fin de responder a las interrupciones del flujo comercial que resulten del aumento en los niveles de alertas de seguridad, el cierre de las fronteras, desastres naturales, emergencias que representen un peligro y/u otros incidentes de importancia;
- b) Realizar visitas de validación conjunta de los "Programas OEA" de los otros Participantes para asegurar la compatibilidad entre los "Programas OEA" y para compartir mejores prácticas;
- c) Fomentar el incremento de los operadores autorizados o certificados a los "Programas OEA", a través de la promoción de este Arreglo y su contribución a la facilitación comercial; y,
- d) Promover el uso de tecnologías recomendadas por la OMA para el intercambio de información a que se refiere el inciso b) numeral 1 de la Sección IV.

2. Los "Participantes" se proponen buscar nuevas medidas para asegurar la cadena de suministro internacional y la facilitación del comercio.

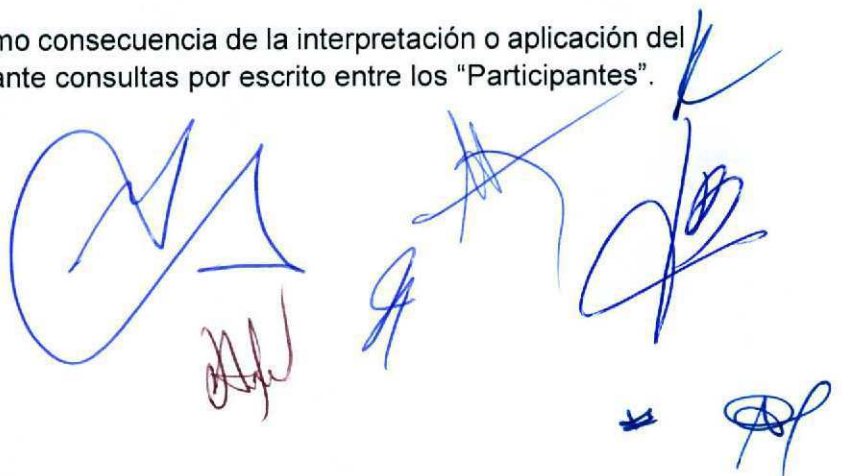
SECCIÓN VII

MODIFICACIÓN Y CONSULTAS

1. El presente Arreglo podrá ser modificado, en cualquier momento, mediante el consentimiento de todos los "Participantes".

2. Las modificaciones a que se refiere el numeral anterior surtirán efectos en la fecha que determinen los "Participantes" de manera conjunta por escrito y formarán parte del presente Arreglo.

3. Cualquier duda que pueda surgir como consecuencia de la interpretación o aplicación del presente Arreglo, deberá ser resuelta mediante consultas por escrito entre los "Participantes".

The image shows several handwritten signatures in blue and red ink at the bottom of the page. There are four distinct signatures in blue ink, and one signature in red ink. The signatures are stylized and appear to be initials or names of the participants.

SECCIÓN VIII

ALCANCE DEL ARREGLO

1. Los "Participantes" serán responsables de la ejecución del presente Arreglo.
2. El presente Arreglo representa la intención de los "Participantes" y no crea derechos ni obligaciones legalmente vinculantes conforme al derecho internacional o las leyes de alguna jurisdicción, ni crea o confiere derecho, privilegio o beneficio alguno o para terceros.
3. Todas las actividades de los "Participantes" conforme al presente Arreglo, se realizarán de conformidad con las respectivas leyes y reglamentos de cada "Participante", así como, con los tratados y otros instrumentos internacionales en vigor de los que cada "Participante" sea Parte.
4. El presente Arreglo no pretende impedir a cualquiera de los "Participantes" cooperar u otorgar asistencia al otro "Participante" de conformidad con las disposiciones de los tratados y otros instrumentos internacionales, leyes y prácticas nacionales aplicables.
5. Los "Participantes" entienden que los gastos derivados de la implementación del presente Arreglo, serán asumidos por cada uno de éstos, de conformidad con su disponibilidad presupuestaria y lo dispuesto por su respectiva legislación nacional.

SECCIÓN IX

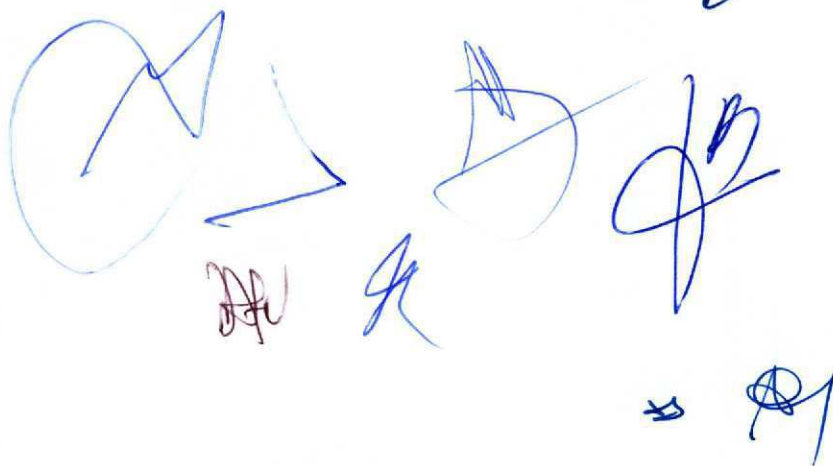
ENTRADA EN VIGENCIA Y TERMINACIÓN

1. El presente Arreglo surtirá efectos a partir de la fecha de su firma por los representantes de los "Participantes" y tendrá una duración indefinida.
2. Cualquiera de los "Participantes" podrá dar por terminado el presente Arreglo mediante notificación escrita dirigida a los demás "Participantes" con al menos treinta (30) días calendarios previos a la fecha del término. Durante dicho plazo de 30 días, se mantendrán vigentes las disposiciones establecidas en este Arreglo, incluidos los beneficios estipulados en la Sección III, sin perjuicio de lo regulado en el numeral 3 de la Sección V para el tratamiento de la confidencialidad de la información

SECCIÓN X

IMPLEMENTACIÓN

La efectiva implementación del Arreglo podrá ocurrir gradualmente teniendo en cuenta la necesidad de cambios en los procedimientos operativos, la adecuación en los sistemas informáticos y otros.

The image shows several handwritten signatures in blue and red ink. There are four distinct signatures in blue ink, and two smaller ones in red ink. The signatures are stylized and appear to be initials or names. The blue ink signatures are larger and more prominent, while the red ink ones are smaller and less distinct. The signatures are located at the bottom right of the page, below the text of Section X.

SECCIÓN XI

PROCESO DE ADHESIÓN

1. Las Administraciones de Aduana que no participan del presente Arreglo, podrán adherirse al mismo, una vez validada la compatibilidad de sus "Programas OEA" con los "Programas OEA" de los "Participantes".

2. En los casos del párrafo anterior, la adhesión se hará constar por escrito como Anexo al presente Arreglo.

FIRMADO en la ciudad de San Pablo Brasil, el 18 de mayo 2022, en catorce (14) ejemplares, en idioma español o castellano y portugués, siendo todos igualmente válidos.

En casos de diferencias de interpretación sobre el presente Arreglo, el texto en idioma español prevalecerá.



**Por el Servicio Nacional de Aduanas
de la República de Chile**

Gustavo Poblete Morales
Director Nacional de Aduanas (S)



**Por la Superintendencia Nacional de
Aduanas y de Administración
Tributaria de la República del Perú**

Marilú Llerena Aybar
Superintendente Nacional Adjunto de
Aduanas



**Por la Aduana Nacional del Estado
Plurinacional de Bolivia**

Karina Liliana Serrudo Miranda
Presidenta Ejecutiva



**Por la Dirección General de Aduanas
de la República Argentina**

Silvia Brunilda Traverso
Directora General de Aduanas



Por la UAE Dirección de Impuestos y Aduanas Nacionales de la República de Colombia

Lisandro Junco Riveira
Director General



Por la Dirección Nacional de Aduanas de la República del Paraguay

Julio Manuel Fernández Frutos
Director Nacional de Aduanas



Por la Superintendencia de Administración Tributaria de la República de Guatemala

Marco Livio Díaz Reyes
Superintendente de Administración Tributaria



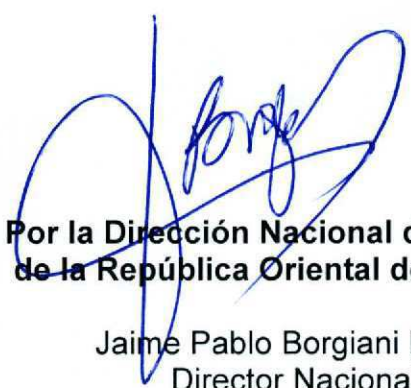
Por la Dirección General de Aduanas de la República Dominicana

Johannes Marinus Kelner de Benito
Subdirector General de Aduanas



Por la Secretaría Especial de Ingresos Federales de la República Federativa de Brasil

José de Assis Ferraz Neto
Subsecretario General



Por la Dirección Nacional de Aduanas de la República Oriental del Uruguay

Jaime Pablo Borgiani Lusby
Director Nacional

**Por el Servicio Nacional de
Aduanas de la República de
Costa Rica**



Gerardo Bolaños Alvarado
Director General de Aduanas

Testigos de Honor

**Por la Vicepresidencia Regional de la
Organización Mundial de Aduanas para
las Américas y El Caribe**



WERNER FLORENCIO OVALLE RAMIREZ

Intendente de Aduanas de Guatemala y
Vicepresidente Regional de la Organización
Mundial de Aduanas para las Américas y El
Caribe

**Por la Alianza Global para la Facilitación
de Comercio**



VALERIE PICARD

Directora Adjunta de la Alianza Global para la
Facilitación del Comercio

**Por La Alianza para la Modernización
Logística del Comercio Exterior –
PROCOMEX**



JOHN EDWIN MEIN

Coordinador Ejecutivo de PROCOMEX